

**TK050 - O CURSO COMERCIAL DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO
DE JANEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX****Zildenice de Souza Martins**Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
zildenice.math@gmail.com**RESUMO**

Diferentes épocas, locais e credos influenciam diretamente no papel social desempenhado pelo ensino da matemática (Carvalho e Dassie, 2012). A pesquisa em história da educação permite analisar a evolução da matemática como um modo de saber humano. Esse trabalho é parte da pesquisa de Mestrado que tem como objeto de estudo o ensino comercial no Rio de Janeiro. Neste texto o objetivo é apresentar alguns resultados preliminares da pesquisa, com a exposição de tópicos sobre o ensino da matemática no Curso Comercial instituído, a partir de 1882, no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Para tanto será feita uma breve análise da evolução social e educacional no Brasil, desde sua colonização até o ano de 1882. Essa análise pretende relacionar o ensino de ofícios e o Curso Comercial do Liceu com a estrutura criada para os demais níveis de ensino instituídos no país até então.

PALAVRAS-CHAVE

Curso Comercial, História do Ensino da Matemática.

ABSTRACT

Different times, local and beliefs directly influence the social role played by the teaching of mathematics (Carvalho e Dassie, 2012). The research on history of education allows us to analyze the evolution of the mathematics as a mode of human knowledge. This work is a part of the research in master's degree which has as object of study the commercial teaching in Rio de Janeiro. The aim of this paper is to present some preliminary results of the research, with the presentation of topics about teaching mathematics in *Curso Comercial* instituted, from 1882, in *Liceu de Artes e Ofícios* of Rio de Janeiro. Therefore there will be a brief analysis of the social and educational development in Brazil, since its colonization by the year 1882. This analysis intent to relate the teaching of crafts and the *Curso Comercial* of Liceu with the structure created for other levels of education established in the country so far.

KEYWORDS*Curso Comercial*, History of Mathematics Education.**O CURSO COMERCIAL DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE
JANEIRO DO FINAL DO SÉCULO XIX**

Para melhor compreender o sistema de ensino de ofícios no Brasil do século XIX, faz-se necessário um breve relato do modo como a sociedade e o ensino desse país foram constituídos, a partir da chegada dos colonizadores portugueses em solo

brasileiro. Expomos aqui uma análise superficial da relação entre os atores envolvidos nesse processo, a fim de tornar possível a compreensão do papel social desempenhado pelos ofícios nesse período determinado.

A criação de instituições de ensino no Brasil teve início logo assim que Portugal ocupou essas terras. A Companhia de Jesus, que aqui chegou em 1549, estabeleceu-se como única responsável pela formulação do ensino desse país.

Segundo Aranha (2006), a atenção dada ao ensino pelos jesuítas reforçava um tipo de segregação social, pois enquanto, por um lado, aos filhos da terra eram destinados esforços para ensinar a leitura e a escrita da língua dos colonizadores, por outro lado, os filhos dos colonos e os futuros sacerdotes tiveram acesso, com o passar dos tempos, a estudos que os preparavam, inclusive, para cursar um ensino superior fora do país.

Os jesuítas foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal em 1759, como parte de uma série de reformas organizadas em todo o sistema de ensino de Portugal e seus domínios. Muito foi regulamentado pelo governo com relação ao ensino primário e ao ensino secundário, que na época foi constituído por aulas avulsas de alguma áreas de conhecimento, as chamadas “Aulas Régias”, que consistiam de exposições de assuntos preparatórios para o ensino superior. Além disso, havia também a opção, por parte das famílias, de buscar o ensino privado com outras ordens religiosas, com professores particulares ou em outros países.

A criação das primeiras instituições de ensino superior só aconteceu a partir de 1808, após a chegada da família real no país, fugida da invasão de Napoleão. Com a sede do governo português instalada no Brasil e uma nova sociedade se formando, D. João VI assumiu a iniciativa de instaurar o ensino superior no país, como modo de suprir as necessidades sociais que começavam a se apresentar.

Bielinski (2003) resume a situação em que o ensino no país se encontrava após o ano de 1808, lembrando que nesse contexto nada ainda era pensado, por parte dos governantes em relação ao ensino de ofícios e a educação do país estava assim dividida: o ensino primário, que tinha como principais objetivos ensinar a ler, escrever e contar. O ensino secundário, que consistia na continuação natural do ensino primário e preparava o aluno para cursar o ensino superior, mas não o qualificava para exercer uma profissão específica; para tanto era necessário cursar uma das faculdades oferecidas na época.

A sociedade que se formou no Rio de Janeiro após o ano de 1808 apresentava a necessidade de outros profissionais além daqueles que eram formados nas faculdades, mas

o sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. [...] O emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que

exigisse esforço físico e manual consistiria em um “trabalho desqualificado”. (MANFREDI, 2002, p. 71)

Desse modo o ensino de ofícios acontecia dentro do próprio ambiente de trabalho de modo empírico e sem uma estruturação escolar.

Entre essas “escolas-oficinas”, aquelas que foram controladas pelos jesuítas desde o império até serem extintas pela constituição de 1824, ofereciam diploma aos alunos que ali estudavam.

Entre os anos de 1840 e 1856 o ensino dos ofícios foi transferido para as Casas de Educandos Artífices, que recolhia jovens e crianças em estado de mendicância.

A partir de 1856 foram fundados vários Liceus de Artes e Ofícios, sendo o primeiro deles constituído no Rio de Janeiro, sede do Império. Os Liceus vinham da união de benfeitores da sociedade civil e, conforme Manfredi (2002), mantinham a ideia assistencialista original de dignificar a pobreza por meio da formação para o trabalho artesanal.

Ao contrário do ensino de ofícios, a preparação para a atuação no comércio recebeu atenção dos governantes desde a chegada da Corte ao Brasil. Por meio do Alvará de 15 de Julho de 1809 foi instituída a Aula de Comércio da Corte, confiada a José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu. Ela ficou subordinada à direção e supervisão do Tribunal da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e

sua criação foi parte do conjunto de medidas administrativas de cunho econômico tomadas por D. João a partir de 1808, juntamente com a abertura dos portos às nações unidas [e] a revogação do alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia o estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil (ORBIGNY, 1836, p. 186).

Nos primórdios de sua estruturação, “o curso da Aula de Comércio da Corte tinha a duração de três anos e era regulamentava-se pelos estatutos de 1759, aprovados para sua congênera em Portugal” (Orbigny, idem, ibid). As disciplinas estavam assim distribuídas: o primeiro ano estudava-se aritmética, álgebra e regra conjunta; o segundo ano estudava-se geometria, geografia, comércio (que compreendia agricultura, mineração, artes mecânicas, fontes, artes liberais, pesca e caça, colônias, navegação, moedas, câmbios, seguros, leis gerais, usos, máximos e meios); e no último ano eram oferecidos aos alunos Escrituração e Economia Política.

A luta pelo crescimento e desenvolvimento da indústria e comércio no Brasil fez com que o Governo acompanhasse de perto o andamento dos cursos destinados aos cidadãos interessados em trabalhar no comércio. Em 1833 houve uma significativa mudança nesse curso, por determinação do Governo.

O governo resolveu fazer uma alteração, para que se achava autorizado, pelo alvará de sua criação, na Aula de Comercio. O curso desta aula constava de tres anos, e havia para lecionar um só lente e um substituto; de maneira que a mocidade, que desejava frequentar estes estudos ou

que frequentando-os, por qualquer motivo perdia o ano, via-se obrigada a esperar dois anos. O governo julgou conveniente aceitar o generoso oferecimento do substituto para reger uma cadeira continuando na obrigação de substituto a respeito das outras, e percebendo por acréscimo de trabalho uma gratificação de 300\$000. (MOACYR, 1936, p. 487).

Em Julho de 1846 foi expedido o Regulamento da Aula de Comércio do Rio de Janeiro, que desligou o curso da inspeção do Tribunal da Junta de Comércio, instituiu a idade mínima de 14 anos para ingresso e um exame no qual era necessário comprovar o conhecimento da gramática nacional, de alguns conteúdos da aritmética, além de noções da língua inglesa ou francesa. Estavam isentos do concurso apenas os bacharéis em letras do Colégio Pedro II ou os alunos que tivessem sido aprovados no primeiro ano da Escola Militar ou da Marinha.

A estrutura do curso nessa nova formulação era a seguinte: o primeiro ano estudava aritmética, tópicos de álgebra e geometria, geografia geral, geografia comercial, geografia do Brasil, juros simples e compostos, descontos e abatimentos, regras de companhia e de liga, falsa posição, cálculo de anuidade, amortização, regra de conjunta, moedas, pesos e medidas nacionais e estrangeiras, câmbios e arbítrios de câmbios. No segundo ano era estudada história geral do comércio, seus elementos e objetos que tem relação e dependência, comércio terrestre e marítimo, prática de letras de terra, de câmbio, de risco, seguro, suspensão de pagamentos, falências, concordatas e bancarrotas, bancos, suas diferentes espécies e operações, arrumação de livros e depois a sua prática.

Por meio do Decreto 769 de 9 de Agosto de 1854, o governo foi autorizado a reformar mais uma vez a Aula de Comércio da Capital do Império. Sendo assim, em 1856 a ela foi convertida em Instituto Comercial do Rio de Janeiro e subordinada agora ao ministro do Império. O curso continuou com dois anos, mas houve pequenas alterações nas disciplinas oferecidas, que assim ficaram distribuídas: contabilidade, escrituração mercantil, geografia e estatística comercial para o primeiro ano; direito mercantil e economia política com aplicação ao comércio e à indústria, para o segundo ano.

O Governo Imperial extinguiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro em 1882, após a criação do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. A iniciativa da Sociedade Propagadora de Belas Artes em criar o Curso Comercial no Liceu estava diretamente ligada à necessidade de formar profissionais bem instruídos para trabalhar no comércio, já que o Instituto Comercial não mais conseguia suprir essa demanda. Esse curso foi encerrado sem sequer um aluno inscrito (LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO, 1884)

A instituição do Curso de Comércio do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882 trouxe a novidade do horário noturno e da gratuidade, o que favorecia a frequência de pessoas já empregadas no comércio, sem prejuízo de suas atividades.

No primeiro ano do curso 478 candidatos concorreram entre si para conseguir o direito de estudar no Liceu. Foram selecionadas 261 pessoas no exame de admissão, o qual exigia que o candidato soubesse ler, escrever e contar. Essa grande procura fez com que o curso ganhasse destaque social e continuasse seus trabalhos até o ano de 1998.

O grande interesse desse curso para a pesquisa em ensino da matemática está relacionado tanto à sua importância social e econômica quanto ao seu currículo, no qual o ensino dessa disciplina tinha destaque. Os dados da Tabela 1 mostram que os alunos estudavam Caligrafia, Português e Francês, além de Aritmética e Desenho Linear Geométrico, que são disciplinas de conteúdo matemático.

Tabela 1 – Disciplinas Oferecidas no 1º ano do Curso de Comércio do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro

Disciplina	Dias da Semana	Horário	Professores
Desenho Linear Geométrico	quintas-feiras	19h às 21h	Dr Alcino José Chavantes Francisco Joaquim Bethencourt da Silva Ludovico Berna
Caligrafia	terças-feiras e sábados	19h às 20h	Julio Pereira da Silva Luiz Alves Pereira Machado
Português	segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras	19h às 20h	Agostinho da Silva Bittencourt Antonio José de Paula Fonseca Candido Elias Mendonça de Carvalho Joaquim Borges Carneiro
Francês	terças-feiras, quintas-feiras e sábado	20h30min às 21h30min	Alberto Madei E. Gambaro Luiz da Silva Reis
Aritmética	segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras	20h30min às 21h30min	Dr. Alfredo de Paula Freitas Eugenio de Barros Raja Gabaglia Dr. Licinio Chaves Barcellos Dr. Theophilo Coelho Dias

Fonte: LYCÉE DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO (1884, p. 30-31)

Das treze horas semanais estudadas, cinco eram dedicadas ao ensino da Matemática e as outras oito horas eram reservadas ao ensino de línguas. A bibliografia usada em Matemática era o livro de Bezout.

O Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro é um tópico interessante para a pesquisa em história do ensino de matemática por representar um período de tempo no Brasil onde o ensino da matemática estava diretamente ligado à evolução econômica e social do país.

Os próximos investimentos na pesquisa sobre o Curso de Comércio estão relacionados com a relação do modelo utilizado em Portugal com o curso que foi instituído no Brasil, além de uma investigação mais detalhada sobre o livro do Bezout, bibliografia usada no Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, como modo de delimitar o conteúdo de Matemática ensinado nesse curso.

BIBLIOGRAFIA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil – 3. Ed.** São Paulo: Moderna, 2006

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Educação Profissional no século XIX – Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso.** Boletim Técnico do Senac, v. 26, n. 3, set/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.html>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

_____. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900.** Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; DASSIE, Bruno Alves. **The History of Mathematics Education in Brazil.** ZDM – The International Journal on Mathematics Education, Karlsruhe, v.44, n.4, p. 499-511, 2012.

LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Offícios apresentado á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil. v. I (1823 – 1853).** São Paulo: Nacional, 1936. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/37/A-instrucao-e-o-Imperio-i-vol>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

ORBIGNY, Alcides Dessaline d'(Autor). **Voyage Pitorresque dans les deus Amériques: Resume General de tous les Voyage.** Paris: Chez L. Libraire – Éditeur, 1836, p. 136.